

Turismo e Segurança Pública: análise documental dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) 2003-2018

Tourism and Public Safety: documental analysis of National Tourism Plans (PNT) 2003-2018

Turismo y Seguridad Pública: análisis documental de los Planes Nacionales de Turismo (PNT) 2003-2018

Aylana Laíssa Medeiros Borges¹
Rodrigo Cardoso da Silva²

Resumo: No Brasil, em particular, vêm se destacando o aumento da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos, e o interesse em saber como esses fatos têm repercutido nas movimentações de turistas pelo país é uma realidade. Sendo assim, este artigo trata da segurança pública no turismo com ênfase nos Planos Nacionais de Turismo (PNT) brasileiros, para iniciar uma incursão sobre as ações públicas e a relação entre “segurança e turismo”. Teve-se como objetivo investigar as ações sobre segurança pública e turismo existentes nos 4 (quatro) PNTs, elaborados a partir de 2003, considerando as diretrizes e orientações apresentadas em cada documento. Averiguou-se, ainda, sobre a questão da segurança do turista enquanto elemento básico para o desenvolvimento do turismo. O estudo é de natureza qualitativa, sendo uma pesquisa bibliográfica e documental. Constatou-se uma lacuna em discussões ou estudos que tratem da segurança pública como ponto essencial dentro das políticas de turismo, e com isso identificou-se também uma proposta tardia em relação as estratégias sobre o problema da criminalidade e segurança pública para destinos turísticos.

Palavras-Chave: Política pública; Planos nacionais; Turismo; Segurança pública.

Abstract: In Brazil, in particular, the increase in violence and crime in large urban centers has been highlighted, and the interest in knowing how these facts have had repercussions in the movement of tourists around the country is a reality. Therefore, this article deals with public security in tourism with an emphasis on the National Tourism Plans (PNT) in Brazil, to initiate an incursion into public actions and the relationship between “security and tourism”. The objective was to investigate the actions on public security and tourism existing in the 4 (four) PNTs, elaborated from 2003, considering the guidelines and guidelines presented in each document. It was also investigated on the issue of tourist security as a basic element for the development of tourism. The study is of a qualitative nature, being a bibliographic and documentary research. There was a gap in discussions or studies that deal with public security as an essential point within tourism policies, and with that a late proposal was also identified in relation to strategies on the problem of crime and public security for tourist destinations.

Key words: Public policy; National Plans; Tourism; Public security.

Resumen: En Brasil, en particular, se ha resaltado el aumento de la violencia y la delincuencia en los grandes centros urbanos, y el interés por saber cómo estos hechos han tenido repercusiones en el movimiento de turistas en todo el país es una realidad. Por lo tanto, este artículo trata la seguridad pública en el turismo con énfasis en los Planes Nacionales de Turismo (PNT) en Brasil, para iniciar una incursión en acciones públicas y la relación entre "seguridad

¹ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestra e Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Curso de Turismo do Centro de Excelência em Turismo/CET – Universidade de Brasília. ORCID: 0000-0003-1978-8515. E-mail: aylanaborges@outlook.com.

² Doutor, Mestre e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer do Campus Brasília – Instituto Federal de Brasília. ORCID: 0000-0001-8473-4244. E-mail: drigorcs@hotmail.com..

y turismo". El objetivo fue investigar las acciones sobre seguridad pública y turismo existentes en los 4 (cuatro) PNT, elaborados a partir de 2003, considerando las directrices y directrices presentadas en cada documento. También se investigó sobre el tema de la seguridad turística como elemento básico para el desarrollo del turismo. El estudio es de naturaleza cualitativa, siendo una investigación bibliográfica y documental. Hubo una brecha en las discusiones o estudios que abordan la seguridad pública como un punto esencial dentro de las políticas turísticas, y con eso también se identificó una propuesta tardía en relación con las estrategias sobre el problema del crimen y la seguridad pública para los destinos turísticos.

Palabras clave: Política pública; Planes nacionales; Turismo; Seguridad Pública.

1 Introdução

Os deslocamentos de pessoas, promovidos pela prática do turismo, no mundo, têm estimulado reflexões e causado reflexos em todas as esferas da vida social. Considerando os reflexos, existem problemas que são característicos de cada lugar, não provocados pelo turismo, mas que podem ser intensificados em razão dessa atividade, pois ela provoca um fluxo maior de pessoas em um espaço específico, pessoas essas com culturas, acessos a saúde, educação, emprego, condições de vida, entre outros, totalmente diferentes.

Nesse sentido, o turismo enquanto uma atividade complexa que interfere na dinâmica local dos destinos, se apresenta de várias formas, e uma delas é como influenciador de determinados acontecimentos (fluxos de pessoas, constituição de atrativos, geração de renda, agente modificador de paisagens, dentre outros). Por outro lado, o turismo mostra-se vulnerável em relação a elementos intrínsecos que ocorrem na localidade (criminalidade, roubos, violência, déficit de educação, saneamento básico, dentre outros), sejam esses de ordem natural ou não.

Os problemas sociais (criminalidade, violência, desemprego, racismo, outros), problemas envolvendo os recursos naturais (condições climáticas, poluição ambiental, desastres naturais, outros) ou problemas de outra natureza (político, por exemplo) interferem negativamente no andamento da atividade turística.

Tendo em vista as influências citadas, percebe-se que muitos desses fatores elencados são objetos das políticas públicas e essas, por sua vez, são estruturadas para organizar e direcionar soluções avaliando tais problemas, bem como são capazes de apresentar estratégias de combate ou para a minimização desses acontecimentos (Bobbio, 2003; Secchi, 2014). Reforça-se que a política pública, enquanto dever do Estado, volta-se primordialmente para orientar e atender as necessidades da sociedade, pois o coletivo deve se sobrepôr as demandas individuais.

Ponderando os vários setores (saúde, segurança, educação, turismo) de um destino, as políticas acabam, muitas vezes, tendo que ser direcionadas e específicas, porém salienta-se que não precisam ser elaboradas de forma isolada, pois acontecimentos de um setor podem atingir ou influenciar o andamento de outro área.

O turismo, com o seu viés econômico e social, capaz de alterar um destino e modificar a vida de inúmeras pessoas, carece da intervenção do Estado no seu processo de desenvolvimento, e da interação entre vários setores do poder público. Para tanto, o Estado entra nesse processo como uma instituição de ordenamento das ações do turismo, mas que precisa do envolvimento de outros atores (entidades privadas, comunidade, instituições de ensino, órgão não governamentais, turista, entre outros.), considerando inclusive diferentes setores da sociedade, a fim de uma tomada de decisões mais holística.

Quando se trata de turismo e das políticas públicas existentes para o fomento dessa atividade, acredita-se que entender a composição, elaboração e proposições destas políticas setoriais são questões pertinentes, especialmente diante dos problemas que acometem os destinos e que influenciam direta ou indiretamente os fluxos turísticos.

Entendendo que as políticas públicas de turismo e as ações estratégicas prioritárias no Brasil são apresentadas em forma de planos nacionais, buscou-se verificar quais são as orientações para o desenvolvimento do turismo no Brasil frente as necessidades da segurança pública.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo central investigar as semelhanças e diferenças existentes nos 4 Planos Nacionais de Turismo (PNT), com relação as diretrizes e orientações apresentadas, destacando a questão da segurança como elemento essencial para o desenvolvimento do turismo. Quanto aos objetivos específicos, tem-se: A) Expor a estrutura dos planos nacionais, destacando a sua funcionalidade e composição; B) Elaborar um quadro com os elementos primordiais que dos planos nacionais, a fim de assimilar semelhanças e diferenças entre os documentos existentes; e C) Verificar o que os planos nacionais de turismo abordam sobre a questão da violência ou segurança pública nos destinos turísticos.

O presente artigo está dividido em duas partes principais, a primeira dedicada a discutir o referencial teórico acerca da política pública de turismo e os planos nacionais de turismo, incluindo aspectos conceituais e funcionalidades; a segunda parte, voltada aos resultados

encontrados a partir da análise dos 4 planos nacionais existentes; e, por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 Referencial teórico

2.1 Política Pública de Turismo: definição, formação das propostas e entendimento das ações

Antes mesmo de adentrar em uma discussão acerca das políticas públicas de turismo, é pertinente elucidar o que são políticas e políticas públicas, além de ser relevante destacar que as políticas públicas estão inseridas no campo de estudo das ciências políticas.

De acordo com Rua (2009, p. 18) “as sociedades recorrem à política tanto para construir os consensos ou para controlar conflitos”. Entende-se a política como um ato importante para ordenar, direcionar atitudes ou ações em uma sociedade marcada por diferenças relativas à idade, religião, escolaridade, dentre outros, oportunidade profissional e renda.

Nesse sentido, para um melhor entendimento sobre política e a política pública, busca-se esclarecer dois termos (no inglês), a saber: a “*politics*” que são as atividades políticas, ou seja, os procedimentos que expressam relações de poder e influenciam o comportamento das pessoas, e que se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões políticas; e o termo “*policy*” que refere-se a formulação de propostas, tomada de decisões e a implementação dessas pelas organizações públicas, ou ainda, seria a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política (RUA, 2009). Em síntese, as políticas públicas (*policy*) apresentam-se como o resultado da atividade política (*politics*) e intenciona resolver de forma pacífica os conflitos de uma sociedade (Rua, 2009; Dias, 2003).

Silva, Costa e Carvalho (2013) explicam que, dentre seus objetivos, as políticas públicas surgem justamente com o intuito de solucionar ou amenizar os conflitos gerados em virtude das inúmeras diferenças existentes na sociedade. Partindo desse entendimento e considerando o turismo como uma atividade econômica e social, essa encontra-se no setor de abrangência do Estado e, portanto, cabe a ele oferecer instrumentos de planejamento com metas e ações pré-estabelecidas (Silva, Costa & Carvalho, 2013).

Além do mais, entende-se que dado o crescimento do turismo no Brasil, observou-se a pertinência de um olhar do poder público em relação a regulamentação e incentivos à atividade, por meio de políticas públicas direcionadas para o setor. No turismo, a formulação e o

planejamento de políticas públicas devem ter como objetivo o alcance de resultados que atendam a toda sociedade (Brasil, 2013).

Nessa perspectiva, o planejamento do turismo no Brasil tem como base um modelo de gestão descentralizada, desde 2003, que incentiva a integração de diversas instâncias de governo, entidades privadas, e sociedade civil, para a elaboração de planos nacionais direcionados para o desenvolvimento da atividade/fenômeno (Azevedo, Figueredo, Nóbrega, & Maranhão, 2013; Beni, 2006; Silva, 2015).

O PNT compreende um conjunto de ações estratégicas que deverão ser apoiadas ou implementadas pelo Ministério do Turismo, órgão responsável pelo desenvolvimento da atividade no Brasil (Brasil, 2013). Para a definição das ações existe uma agenda, documento de orientação estratégica, sendo a partir dela que inicia-se a elaboração dos planos nacionais, que são os documentos de caráter executivo.

A agenda deve orientar, de forma concreta e objetiva, as escolhas estratégicas para a formulação dos planos de ação para o desenvolvimento do turismo (Brasil, 2013).

O processo de elaboração das políticas públicas é chamado também de ciclo de políticas públicas, que se refere a um “esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (Howlett; Ramesh; Perl, 2013, p. 34). O ciclo das políticas públicas corresponde então as etapas de elaboração de uma política pública antes dela ser apresentada a sociedade. Os autores destacam 5 etapas de elaboração de uma política, ver Quadro 1:

Quadro 1: Etapas de elaboração de uma Política Pública

ETAPAS	SIGNIFICADO
1. Identificação do problema e formação da agenda	<ul style="list-style-type: none"> • Etapa que corresponde a constatação do problema público; e decisão quanto ao problema fazer ou não parte da lista de prioridades de atuação (agenda). • Agenda política: problemas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública. • Agenda formal: problemas que o poder público decidiu enfrentar. • Agenda da mídia: problemas que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação.
2. Formulação de alternativas políticas	Etapa de definição de objetivos e estratégias (construção de alternativas par resolver o problema).
3. Processo de tomada de decisão	Etapa em que os interesses dos atores são analisados e os objetivos e métodos de enfrentamento de um problema público são especificados.

4. Implementação	Etapa da realização das ações propostas; nesse momento são produzidos os resultados concretos da política pública.
5. Avaliação (reformulação ou extinção)	Etapa de verificação do estado da política e o nível de resolução do problema. Feedback acerca da efetividade da política – aspectos positivos e negativos.

Fonte: Adaptado de Howlett et. al (2013).

Vale esclarecer que dependendo do contexto e da necessidade de determinada política algumas etapas podem ser suprimidas durante o processo. Verifica-se que diante das etapas de formação de uma política pública, alguns problemas podem ou não ser selecionados para compor a agenda de prioridades, uma vez que o processo de escolha depende, muitas vezes, do tipo do problema existente, da dimensão em que ele se apresenta para a sociedade e perante a mídia, do interesse dos atores políticos na resolução de determinado problema para fins de demonstrar o seu trabalho, dentre outros.

Dessa maneira, a gestão de políticas públicas pode ser visualizada com base, primeiramente, em um processo de decisão política (definição da agenda e formulação de alternativas), e após passar por um processo de implementação técnica (implementação das ações, monitoramento e avaliação do que está sendo executado), como pode ser visto na figura 1:

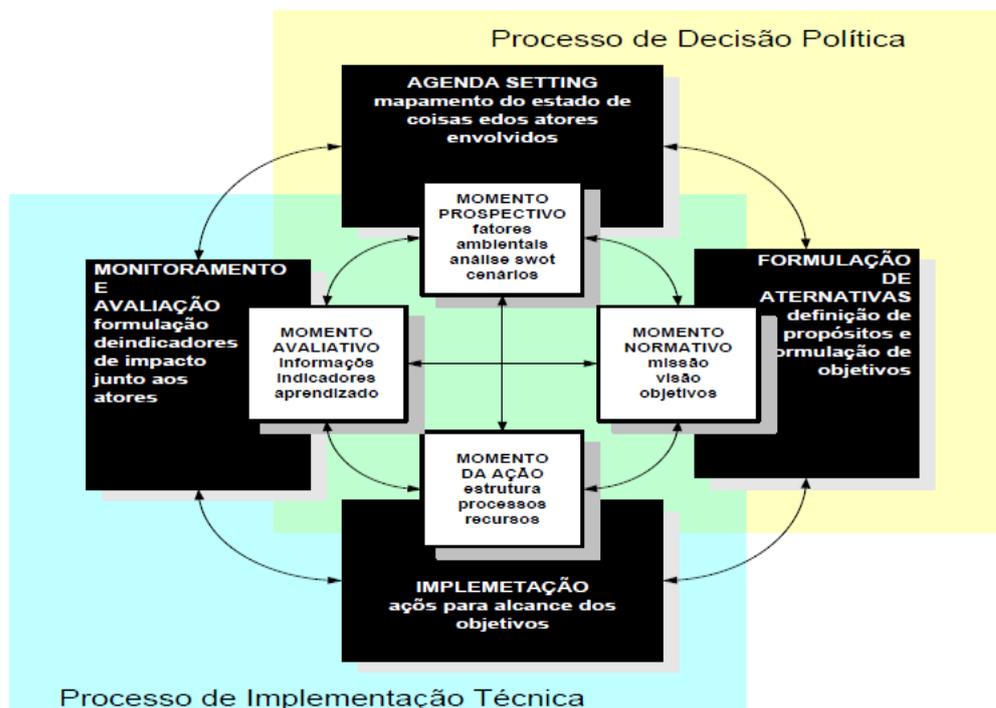
Com relação a identificação dos problemas, esse processo ocorre por meio de partidos políticos, agentes políticos e organizações não governamentais (Howlett; Ramesh; Perl, 2013); e quanto ao processo de implementação, observa-se que esse vai requerer pessoas qualificadas e que detenham conhecimento técnico em relação as propostas definidas e apresentadas.

É pertinente destacar que as políticas públicas podem ser elaboradas para resolver totalmente o problema (caso seja possível) ou apenas para diminuir os efeitos negativos desse problema (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Outra questão que os autores mencionam é o fato de os problemas poderem entrar e sair das agendas, uma vez que é possível ganhar notoriedade e relevância, e logo em seguida ter reduzida sua visibilidade e ser desconsiderado.

Em relação ao turismo, destacam-se alguns problemas que passaram a integrar a agenda formal das políticas públicas do setor e a serem considerados nos planos nacionais de desenvolvimento da atividade, a saber: 1) A necessidade da inclusão social no turismo; 2) A exploração sexual de crianças e adolescente; 3) A necessidade de utilizar os recursos naturais

para o turismo de forma sustentável; e, nos dias atuais, 4) O alto nível de violência em destinos considerados turísticos (Brasil, 2003, 2007, 2013, 2018).

Figura 1: Gestão de Políticas Públicas: ciclo de natureza política e técnica



Fonte: Martins, 2010.

Compreende-se que os problemas mencionados acima encontram-se de certa forma contemplados nas políticas públicas de turismo, mais precisamente no formato de planos nacionais de turismo, documentos que visam direcionar o desenvolvimento da atividade no país e procuram, de certo modo, resolver ou minimizar determinadas problemáticas que prejudicam e interferem no andamento desse fenômeno.

Sendo assim, entender a formação de um plano nacional de turismo e o contexto de sua elaboração em relação aos grupos envolvidos, torna-se relevante e favorável para a identificação de erros e acertos em relação às etapas de elaboração de uma política pública para o setor, além de permitir a observação se de fato os problemas prioritários estão tendo a atenção devida.

2.2 Plano Nacional do Turismo: aspectos conceituais, funcionalidade e composição

Diante da importância da política pública para o planejamento e desenvolvimento do turismo, torna-se relevante entender como essa se apresenta e contribui para a implementação da referida atividade. É válido ressaltar que a política pública de turismo no Brasil segue as diretrizes e orientações da Lei nº 11.1771 de 17 setembro de 2008, no qual o Plano Nacional de Turismo (PNT) tem de atender ao que está disposto pela legislação, conhecida como Lei Geral do Turismo (Brasil, 2008).

Sendo assim, o PNT é um instrumento de planejamento, elaborado pelo Ministério do Turismo (MTur) com fins de orientar ações quanto ao desenvolvimento da atividade turística no país, seguindo as diretrizes legislativas vigentes (Brasil, 2003).

O PNT é considerado, também, como um instrumento de gestão que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação de ações públicas para turismo, buscando colocar a atividade como indutora do desenvolvimento e da geração de emprego no país, tendo como compromisso apresentar de forma consolidada e sistemática a política nacional do turismo (Brasil, 2007; Brasil 2018).

Com relação a elaboração dos planos nacionais, destaca-se sua validade de 4 anos, e após esse período passa-se por um processo de reformulação, tendo em vista que novas demandas, problemas e necessidades podem surgir, e precisam ser consideradas para que haja um desenvolvimento e gestão adequada da atividade em questão. Assim, a formulação do plano nacional apresenta orientações estratégicas para o desenvolvimento do turismo considerando os 4 anos seguintes (Brasil, 2013).

Dentre os objetivos do PNT enquanto documento norteador, destaca-se o seu papel de ordenar ações do setor público, orientando o Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo, e quanto a sua elaboração, é resultado do esforço integrado do Governo Federal, Iniciativa Privada e Terceiro Setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), sob a coordenação do MTur (Brasil, 2013; Brasil, 2018).

Elucida-se que o plano nacional é fruto de um consenso dos atores envolvidos no turismo, que tem o objetivo comum de apresentar a atividade como um mecanismo de melhoria para o Brasil, em uma perspectiva de inclusão social e fortalecimento interno do país (Brasil, 2007). Este documento segue uma estrutura coerente que interliga as “diretrizes estratégicas”, os “objetivos” e os “resultados esperados”, bem como apresenta a proposição de “programas”,

“projetos” e “ações” a serem desenvolvidos, e que são propostos e elaborados com base nas necessidades percebidas e ainda interesses diversos, especialmente em relação ao crescimento e desenvolvimento seja do município, região, estado ou país (Brasil, 2013).

Para tanto, considerando as iniciativas do poder público em ordenar o setor do turismo, destaca-se a existência de 4 PNTs (1. PNT 2003-2007 – Diretrizes, Metas e Programas; 2. PNT 2007-2010 – Uma viagem de inclusão; 3. PNT 2013-2016 – O turismo fazendo muito mais pelo Brasil; 4. PNT 2018-2022 – Mais emprego e renda para o Brasil), documentos esses elaborados a partir de 2003, tendo o primeiro plano sido elaborado concomitante a criação do MTur.

Em se tratando de como tais documentos são elaborados e formatados, elucida-se a forma participativa, em ambientes colegiados, requerida para esta elaboração, que acontece a partir de discussões e atualizações considerando as necessidades do setor turístico (Brasil, 2003).

Analisando a estrutura de um plano, nota-se que tais documentos são constituídos por macroprogramas, programas, projetos e ações. Entretanto, antes desses desdobramentos é necessária a realização e apresentação de um diagnóstico com a finalidade de retratar a realidade do país, estado ou município (dependendo do nível do plano), considerando particularidades e características do(s) lugar(es) (Dias, 2003; Brasil, 200; Brasil 2007). Explica-se que para a elaboração do plano nacional precisa-se de um diagnóstico inicial, com dados tanto referente ao Brasil quanto considerando uma perspectiva internacional de crescimento e desenvolvimento do turismo.

Frente ao apresentado, para um melhor entendimento quanto as partes que constituem o PNT, explica-se que os macroprogramas são um conjunto de programas que visam resolver os problemas e obstáculos que impedem o crescimento do turismo no Brasil, ou ainda, são desdobramentos temáticos agregados, definidos pelo seu potencial de contribuição para atingir as metas estabelecidas no plano; os programas se desdobram em várias ações, que demonstram o seu detalhamento em projetos e atividades que permitirão a realização das metas; e quanto aos projetos e ações, esses compõem um planejamento, a partir da definição de prioridades, do orçamento e da avaliação dos resultados da aplicabilidade das propostas (Brasil, 2003; Brasil, 2007).

Diante da funcionalidade e importância dos planos nacionais de turismo e da identificação dos elementos que constituem tais documentos e assim formam uma política pública, acredita-se

ser interessante identificar cada elemento (objetivos, visão, princípios norteadores ou conjunto de diretrizes, metas, macroprogramas, ações, linhas de atuação) de acordo os planos de turismo existentes.

Em resumo, entender o que é uma política pública de turismo e como ocorre o processo de elaboração dos planos nacionais do setor são passos primordiais para identificar lacunas e verificar os avanços alcançados.

3 Procedimentos metodológicos

Em se tratando dos procedimentos metodológicos, a pesquisa é bibliográfica e documental. O estudo é de natureza qualitativa, e a técnica de conteúdo foi adotada para análise dos dados (Bardin, 2004), através de uma seleção temática, gerando resultados com base em reflexões acerca dos temas turismo, políticas públicas e segurança.

Os documentos utilizados como objeto de estudo foram os 4 (quatro) Planos Nacionais de Turismo, a saber: a) Plano Nacional de Turismo (2003-2007): diretrizes, metas e programas (PNT 1); b) Plano Nacional de Turismo (2007-2010): uma viagem de inclusão (PNT 2); c) Plano Nacional de Turismo (2013-2016): o turismo fazendo mais pelo Brasil (PNT 3); d) Plano Nacional de Turismo (2018-2022): mais emprego e renda para o Brasil (PNT 4).

Em se tratando dos planos, foram observados os seguintes quesitos: objetivo geral e objetivos específicos; a visão de cada plano e os princípios norteadores ou conjunto de diretrizes; as metas; e os macroprogramas ou ações ou linhas de atuação.

Para tanto, buscou-se verificar também como/ou o que os planos nacionais destacam/abordam acerca da questão da segurança ‘pública’ no turismo (segurança turística), uma vez que esse tema vem ganhando aderência no turismo, bem como pode ser um fator capaz de interferir no fluxo de visitação dos destinos turísticos.

4 Análises e Discussões

Frente aos objetivos específicos delimitados para este estudo, uma das proposi es   de destacar os elementos que compõe a forma o de um plano nacional, em especial o de turismo, para apontar semelhanças e diferenças. Desse modo, o primeiro ponto a ser abordado são os objetivos dos planos. A seguir, no quadro 2 consta a síntese dessas informa es.

Quadro 2: Objetivos dos Planos Nacionais de Turismo do Brasil (2003 - 2022)

PLANOS NACIONAIS DE TURISMO	PNT 2003-2007 (PNT1)	PNT 2007-2010 (PNT2)	PNT 2013-2016 (PNT3)	PNT 2018-2022 (PNT4)
OBJETIVO GERAL	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; - Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; - Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros; - Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer mecanismos que garantam estabilidade e a confiança para a obtenção de licenças, autorizações, concessões e demais exigências do Estado para a instalação e operação de empreendimentos turísticos no país. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda.

Fonte: Adaptado de Brasil (2003, 2007, 2013, 2018). Destaque dos autores.

Desse modo, quanto aos objetivos, os Planos Nacionais de Turismo de 2003-2007 e de 2007-2010 apresentam semelhanças, pois focam na oferta de um produto turístico de qualidade e destacam a importância de considerar as diversidades regionais, além de priorizarem o estímulo a competitividade do país em âmbito nacional e internacional. Além disso, é perceptível um delineamento da pretensão do Estado em expandir e desconcentrar a atividade turística por todo o país, apostando principalmente na interiorização³ do turismo. O termo competitividade aparece no plano 2007-2010, demonstrando um interesse no avanço do turismo com base na apresentação de produtos com mais êxito frente a outras propostas, seja dentro do próprio país quanto internacionalmente.

A questão da inclusão social foi destacada nos Planos de 2007-2010 e de 2018-2022, tendo sido evidenciado os benefícios e potencialidades do turismo como agente de

³ O processo de interiorização do turismo se refere a diversificar e desconcentrar as atividades de turismo das grandes capitais e centro urbanos do Brasil, bem como em ampliar a oferta e produtos turísticos em outros segmentos, tais como: turismo aventura, cultural, religioso, ecoturismo, turismo de natureza dentre outros.

desenvolvimento social e econômico. Além disso, no Plano de 2013-2016 verificou-se o interesse no incentivo a licenças e autorizações para a instalação de empreendimentos turísticos no Brasil.

Observa-se que os nomes dados aos planos nacionais, de certa maneira, revelam um pouco do objetivo pretendido para os 4 anos a que se propõem, a saber: 1. PNT 2003-2007 (diretrizes, metas e programas); 2. PNT 2007-2010 (uma viagem de inclusão); 3. PNT 2013-2016 (o turismo fazendo muito mais pelo Brasil); e o 4. PNT 2018-2022 (mais emprego e renda para o Brasil). Nota-se que o primeiro plano evidência a necessidade de um direcionamento para o setor, estabelecendo metas e diretrizes; no segundo, percebeu-se a pertinência em proporcionar a todas as pessoas a oportunidade de viajar, em especial, de conhecer o Brasil, já que o mercado nacional de turismo (turismo doméstico) é significativamente maior que a demanda internacional nesse país (Rabahy, 2019).

O terceiro PNT, procura demonstrar os benefícios da atividade turística para o Brasil com o foco na geração de emprego e renda; e no quarto plano, visualização uma tentativa de confirmação de que o turismo pode gerar ainda mais emprego e renda para o país.

De maneira geral, constatou-se que a visão econômica da atividade turística acaba sendo o foco nos planos analisados, e de forma pontual necessidades e implicações sociais vão sendo apontadas e consideradas ao logo das propostas estabelecidas. Outro ponto de destaque, é a tentativa de aumentar a quantidade de turistas internacionais, para atrair capital estrangeiro, os PNTs sempre reforçam esse objetivo para as ações públicas na área de turismo.

A seguir, o quadro 3 apresenta a visão que cada plano traz para as ações públicas no turismo.

Quadro 3: Visão dos Planos Nacionais de Turismo (2003-2022)

PLANOS NACIONAIS DE TURISMO	PNT 2003-2007 (PNT1)	PNT 2007-2010 (PNT2)	PNT 2013-2016 (PNT3)	PNT 2018-2022 (PNT4)
VISÃO	- O turismo no Brasil contemplará as <i>diversidades regionais</i> .	- O turismo no Brasil contemplará as <i>diversidades regionais</i> , configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, <i>proporcionando a expansão do mercado interno</i> e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial.	- Posicionar o Brasil como uma das <i>três economias turísticas do mundo</i> até 2022.	- Oferecer contribuições efetivas para <i>alavancar a economia e gerar emprego, renda e inclusão social, colocando o Brasil entre as maiores potências do mundo</i> .

Fonte: Adaptado de Brasil (2003, 2007, 2013, 2018). Destaque dos autores.

No quesito visão de cada PNT, reparou-se que o PNT 1 e PNT 2 se assemelham quando destacam o intuito de contemplar a diversidade regional em seus produtos e assim valorizar a história, os recursos naturais e culturais dos destinos. Quanto ao PNT 3 e PNT 4, esses possuem como visão a questão de alavancar a economia do país a partir da atividade turística. Considerando as visões dos 4 PNTs, entende-se que o processo de valorização local em relação aos recursos e características de cada destino viria em um processo de ações para auxiliar no aumento da oferta de produtos e destinos turísticos enquanto atividade econômica.

Vinculado a visão dos planos nacionais também foram coletados os princípios norteadores e as metas que estão sistematizados no quadro 4, na sequência.

Quadro 4: Princípios norteadores e metas dos Planos nacionais (2003-2022)

PLANOS NACIONAIS DE TURISMO	PNT 2003-2007 (PNT1)	PNT 2007-2010 (PNT2)	PNT 2013-2016 (PNT3)	PNT 2018-2022 (PNT4)
PRINCÍPIOS NORTEADORES OU CONJUNTO DE DIRETRIZES	<p>1-Redução das desigualdades regionais e sociais;</p> <p>2-Geração e distribuição de renda;</p> <p>3-Geração de emprego e ocupação;</p> <p>4-Equilíbrio do balanço de pagamentos.</p>	<p>1-A criação de emprego e ocupação;</p> <p>2-Geração e distribuição de renda;</p> <p>3-Redução das desigualdades sociais e regionais;</p> <p>4-Promoção da igualdade de oportunidades;</p> <p>5-Respeito ao meio ambiente;</p> <p>6-Proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.</p>	<p>1-Geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo;</p> <p>2-Participação e diálogo com a sociedade;</p> <p>3 - Incentivo à inovação e ao conhecimento;</p> <p>4 -Regionalização;</p>	<p>1-Fortalecimento da regionalização;</p> <p>2-Melhoria da qualidade e competitividade;</p> <p>3-Incentivo à inovação;</p> <p>4-Promoção da sustentabilidade.</p>
METAS	<p>1-Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;</p> <p>2-Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;</p> <p>3-Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;</p> <p>4-Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos voos domésticos;</p> <p>5-Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.</p>	<p>1-Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno;</p> <p>2-Criar condições para gerar 1.700.000 novos empregos e ocupações;</p> <p>3-Qualificar 65 municípios para o mercado internacional;</p> <p>4-Gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.</p>	<p>1-Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país;</p> <p>2-Aumentar para US\$ 10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016;</p> <p>3-Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016;</p> <p>4-Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016;</p> <p>5-Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016.</p>	<p>1-Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões;</p> <p>2-Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões;</p> <p>3-Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país;</p> <p>4-Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregados no turismo.</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2003, 2007, 2013, 2018). Destaque dos autores.

Nos princípios norteadores todos os PNTs destacam a criação de empregos e geração de renda; enquanto a questão da responsabilidade ambiental, social e cultural e a questão sustentável são destacados apenas nos PNTs 2 e 4; e somente o PNT 3 aponta como princípio norteador a questão da participação e o diálogo com a sociedade.

De uma maneira geral, com relação as metas dos PNTs, verificou-se que todos intencionam criar condições para gerar novos empregos e ocupações no setor do turismo, ressaltam o interesse em aumentar a entrada de estrangeiros no país, e de estimular os brasileiros a conhecerem o seu próprio país. Esse fato ressalta que o Estado se aproxima da atividade turística com foco principalmente nos seus efeitos econômicos, e a sua possibilidade de dinamização da economia (Silva, 2015; Silva, 2004).

No entanto, pouco se faz para diminuir os efeitos negativos da atividade (Taveira, 2008). Revela-se que algumas metas quantitativas se repetem em todos os planos, sendo uma delas o aumento de turistas estrangeiros no país, no entanto, é perceptível o gargalo nessa meta, pois no plano de 2018 ainda não foi possível alcançar os 9 milhões de turistas internacionais destacados em 2003.

Considerando o modo como as políticas públicas de turismo são formatadas (plano, macroprogramas, programas, ações, estratégias) verificou-se que ao logo da implementação dos 4 planos nacionais, os chamados macroprogramas no PNT 1 e PNT 2, passaram a ser chamados no PNT 3, simplesmente, de ações; e no PNT 4 foram chamados de linhas de atuação. A sistemática dessa informação é apresentada pelo quadro 5, a seguir.

Quadro 5: Sistematização dos macroprogramas, ações e linhas de atuação dos planos nacionais de turismo (2003-2022)

PLANOS NACIONAIS DE TURISMO	PNT 2003-2007 (PNT1)	PNT 2007-2010 (PNT2)	PNT 2013-2016 (PNT3)	PNT 2018-2022 (PNT4)
MACRO PROGRAMAS	Macroprograma 1: Gestão e relações institucionais	Macroprograma 1: Logística de transporte	Ação 1: Conhecer o turista, o mercado, e o território;	Linha de atuação 1: Ordenamento, gestão e monitoramento (apoiar o planejamento no turismo, integrado ao setor de segurança pública)
AÇÕES	Macroprograma 2: Fomento.	Macroprograma 2: Informações e Estudos turísticos	Ação 2: Estruturar os destinos turísticos;	Linha de atuação 2: Estruturação do turismo brasileiro
LINHAS DE ATUAÇÃO	Macroprograma 3: Infraestrutura	Macroprograma 3: Planejamento e Gestão	Ação 3: Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos;	Linha de atuação 3: Formalização e qualificação no turismo
	Macroprograma 4: Estruturação e diversificação da oferta turística	Macroprograma 4: Regionalização do Turismo		
		Macroprograma 5: fomento à iniciativa privada		

	<p>Macroprograma 5: <i>Qualidade do produto turístico</i></p> <p>Macroprograma 6: <i>Promoção e apoio à comercialização;</i></p> <p>Macroprograma 7: <i>Informações turísticas</i></p>	<p>Macroprograma 6: infraestrutura pública</p> <p>Macroprograma 7: Qualificação dos equipamentos e serviços turísticos</p> <p>Macroprograma 8: promoção e apoio à comercialização</p>	<p>Ação 4: Promover os produtos turísticos;</p> <p>Ação 5: Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística</p> <p>Ação 6: Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social</p> <p>Ação 7: Promover a melhoria de ambiente jurídico favorável</p>	<p>Linha de atuação 4: Incentivo ao turismo sustentável</p> <p>Linha de atuação 5: Marketing e apoio à comercialização</p>
--	--	---	--	--

Fonte: Adaptado de Brasil (2003, 2007, 2013, 2018). Elaboração e destaque dos autores.

Sobre este ponto, o PNT 1 apresentou 7 macroprogramas; o PNT 2 dispôs de 8 macroprogramas; o PNT 3 exibiu 7 ações; e o PNT 4 preparou 5 linhas de atuação que se desdobram em iniciativas e depois em estratégias.

De acordo com o quadro 5, houve ao longo do tempo uma simplificação das ações, saindo de 7 macroprogramas, chegando a apenas 5 linhas de atuações.

Constatou-se, ao comparar o referido item, que do PNT 1 para o PNT 2 houve uma especificação maior com relação ao que se pretende, além de ter sido acrescido o macroprograma de regionalização do turismo, cujo foco seria agrupar municípios conforme características locais e localização geográfica. O intuito da junção desses municípios foi criar regiões turísticas por todo o país.

Outro ponto que merece ser enfatizado é que no PNT 2 aparece o macroprograma de logística, mas no PNT 1 tal macroprograma enquadrava-se no macroprograma de infraestrutura. O fato é que no PNT 2 a questão da logística é destacada demonstrando o interesse em melhorar os transportes, em uma perspectiva maior, considerando não apenas o deslocamento no país, mas tendo como base a expansão deste turismo com vistas na América Latina, além do incentivo a integração modal.

Observando o PNT 2, nota-se um foco na comercialização do Brasil a nível internacional, diferentemente do foco inicial do PNT 1 que traz uma visão nacional. No PNT 3 tem-se acrescido as ações a questão do fortalecimento da promoção internacional do turismo brasileiro, o apoio a eventos de grande porte para fins do desenvolvimento turístico e o incentivo a gestão

descentralizada, as parcerias e a participação social. Um diferencial do PNT 3 é uma ação específica para a promoção da melhoria de um ambiente jurídico favorável que venha a entender as necessidades do turismo enquanto atividade econômica e social.

Um fato interessante que foi observado no PNT 4 é a questão do monitoramento das políticas de turismo, pois é imprescindível que haja uma avaliação quanto as demandas em relação ao turismo e se de fato essas estão ou não sendo atendidas. O ciclo de elaboração das políticas públicas mostra etapas de monitoramento e avaliação, essas que são primordiais para elaboração de feedbacks quanto as ações que estão sendo executadas.

O PNT 4, também, traz um diferencial que aparece pela primeira vez em um plano nacional de turismo, é a questão da segurança pública, elemento necessário para o desenvolvimento e prática do turismo em um destino, já que o elemento insegurança pode fazer com que o turista opte por visitar outros destinos, vistos e considerados como mais seguros.

Ainda no PNT 4, foca-se no aprimoramento da oferta turística nacional, algo importante quando se está em um mercado globalizado e competitivo. Salienta-se que o incentivo as práticas sustentáveis são consideradas e o desenvolvimento do turismo de base local é destacado, além disso, estimula-se à formação de redes para a gestão do turismo e a formação de parcerias.

Uma questão a ser destacada como semelhança entre os planos é a regionalização do turismo que desde 2003 vem sendo contemplada nos planos nacionais. Observou-se que com o passar do tempo o programa de regionalização do turismo foi ganhando evidência nas políticas desenvolvidas pelo turismo, e atualmente apresenta-se como centro do processo de desenvolvimento do turismo no Brasil.

No que se refere ao segundo objetivo específico deste estudo, que buscou verificar o conteúdo dos planos nacionais em relação à segurança pública dos residentes e comunidade local, identificou-se que dos quatro planos propostos, desde 2003 até os dias atuais, apenas o PNT 2018-2022 aborda o referido tema.

Conforme consta no PNT 2018-2022, a garantia da segurança pública passa a ser considerada pela primeira vez em um plano nacional de turismo como uma das estratégias essenciais para a qualidade da experiência no país. Ainda de acordo com este documento, o plano do turismo passou a ser, na verdade, o plano do Brasil para o turismo, elaborado com um elo

entre o governo federal, as instâncias de governo estaduais e municipais, as entidades não governamentais, a iniciativa privada e a sociedade.

No plano nacional de turismo 2018-2022 foram estabelecidas linhas de atuação (1. Ordenamento, Gestão e Monitoramento; 2. Estruturação do turismo Brasileiro; 3. Formalização e qualificação no turismo; 4. Incentivo ao turismo responsável; 5. Marketing e apoio à comercialização), nessas foram delimitadas iniciativas que se traduzem em propostas estratégicas. Dessa maneira, as linhas de atuação, as iniciativas e as estratégias foram formam propostas elaboradas conjuntamente entre o Mtur e o CNtur (membro do Sistema Nacional de Turismo e órgão consultivo e propositivo, que assessora o Mtur na formulação e implementação da Política Nacional do Turismo) (Brasil, 2018).

Sendo assim, em se tratando do tema segurança pública, essa discussão encontra-se na *linha de atuação*: A. Ordenamento, gestão e monitoramento; *iniciativas*: 1. apoiar o planejamento do turismo, 2. integrado ao setor de segurança pública; e *estratégias*: a) estimular e apoiar o planejamento do turismo, em âmbitos estadual, regional e municipal, b) incentivar soluções de segurança pública que envolvam o setor turístico.

É importante ressaltar que a Política Nacional de Turismo (Artigo 5º da Lei Geral do Turismo de 11771 de 17 de setembro de 2008) dispõe, dentre seus objetivos, o seguinte: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica. No entanto, este marco legislativo expressa um entendimento de que no turismo a segurança é pensada no viés da comercialização segura de serviços (direito do consumidor), e na regulamentação das atividades ligadas aos turistas.

Entende-se que a observância da segurança pública no turismo é fator necessário, uma vez que a ausência dessa pode provocar uma interferência no fluxo de pessoas para determinado destino dada a sensação de insegurança e o medo. Desse modo, para competir no setor de turismo, é necessária a implementação de políticas públicas voltadas à melhoria do desempenho do Brasil em dimensões como “à abertura para o mercado internacional, ao ambiente de negócios, ao desenvolvimento sustentável, à *segurança pública* e à infraestrutura aérea, terrestre e portuária”,

para que o setor de turismo se torne um dos principais destinos turísticos mundiais até 2022. (Plano Nacional de Turismo, 2018-2022, p. 57).

Com base no referido plano nacional, houve mudanças em relação ao desenvolvimento do turismo e no pensar a segurança pública. Entretanto, ainda há necessidade de integração e melhoria nos serviços de segurança pública, com foco na qualificação dos recursos humanos, e ampliação de investimentos governamentais no setor. De outro modo, acredita-se ser preciso pensar a segurança turística a partir da segurança pública.

Pode-se observar que a questão da segurança pública está diretamente relacionada ao processo de planejamento, uma vez que é imprescindível a tentativa de superar e minimizar os impactos negativos que o turismo pode ocasionar, e que nesse processo as peculiaridades dessa atividade devem ser consideradas. Conforme o PNT (Plano Nacional de Turismo 2018-2022, p. 73) “é nesse contexto que se propõe a integração dos planejamentos às estratégias de segurança pública, seja em âmbito nacional, estadual, regional ou local. Os destinos turísticos precisam ter a capacidade de garantir segurança a seus cidadãos e visitantes”.

De acordo com o Código de Ética Mundial para o Turismo (2015, p. 4):

As autoridades públicas têm a missão de assegurar a proteção dos turistas e dos visitantes, assim como de seus pertences” (...) “facilitarão o estabelecimento de meios de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específicos que correspondam às suas necessidades. Os atentados, agressões, sequestros e ameaças dirigidos contra turistas ou trabalhadores do setor turístico, assim como a destruição intencional de instalações turísticas ou de elementos do patrimônio cultural ou natural devem ser condenados e reprimidos com severidade, em conformidade com a respectiva legislação nacional.

A estratégia de incentivar soluções de segurança pública que envolvam o setor turístico, revela-se essencial, pois o turista privilegia destinos seguros, organizados e que lhe tragam experiências positivas (Brasil, 2018). Compreende-se que ao saírem do seu lugar de origem, os turistas buscam por segurança e boas condições no local visitado (atendimento, proteção e segurança, acolhimento).

Diante dessa importância, tem-se que a integração dos órgãos de turismo com os órgãos de segurança é uma ação inerente ao planejamento e desenvolvimento racional do fluxo de turismo no país. Outra medida que merece ser pontuada e incentivada, é a pertinência em envolver e integrar os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a iniciativa privada que

atuam no setor no sentido de apresentarem propostas efetivas para cada localidade e alinhadas com as leis federais.

Sendo assim, para permitir que o PNT contemple as questões da segurança pública, fica indicado a participação dos Ministérios da Justiça e da Defesa. No entanto, questiona-se ainda, tendo em vista o que foi constatado com este estudo, como ocorreu a participação desses representantes da segurança pública no processo de elaboração da política pública de turismo atual, qual a real participação deles nesse processo, e como encontra-se as relações entre os atores envolvidos (do turismo e da segurança pública), considerando que cada ente tem um interesse específico, mas compreendendo que todos devem ter um objetivo em comum.

5 Considerações Finais

O processo de elaboração de uma política pública, mencionado neste estudo, demonstra a pertinência em considerar etapas essenciais para elaboração de documentos que tragam propostas efetivas e eficazes para determinado setor. Entender, então, esse processo de elaboração torna-se importante, pois permite que se visualize a razão pela qual, muitas vezes, alguns assuntos são postos em destaque e outros acabam sendo preteridos para aquele momento.

A partir desse estudo, pode-se perceber que várias são as influências que podem interferir ou beneficiar a construção de uma política pública, como exemplo, tem-se: o interesse privado, os efeitos daquele acontecimento em um dado destino, como a mídia vem dando ênfase naquele tema, como a sociedade se apresenta frente ao problema, entre outros.

Observando de maneira geral que a política pública é expressa em forma de planos, viu-se que a constituição desses documentos leva em consideração a existência de elementos que permitem oferecer um norte ou direcionamento para determinada área. Assim sendo, em relação à política pública do turismo, efetivada nos planos nacionais de turismo, pode-se identificar semelhanças e diferenças em suas propostas, principalmente, porque com o passar dos anos há modificações nas necessidades e conseqüentemente nas prioridades estabelecidas.

Com a análise dos 4 planos nacionais de turismo, constatou-se que alguns objetivos permanecem, porém que esses passam por adições ou melhorias, dada a necessidade atual, identificada a partir de diagnósticos. Além disso, é perceptível que a pelo menos nos últimos 15

anos o governo brasileiro vem focando em aumentar o mercado nacional e internacional, porém ainda não avançou em superar as metas do primeiro plano nacional.

Os planos mantiveram uma linha semelhante em relação aos princípios norteadores, e conservaram grande parte dos macroprogramas iniciais. Entende-se que manter algo significa que se está acertando, no entanto, também pode revelar a ausência de avaliações para identificar os benefícios reais daquela proposta.

Contatou-se, com base na identificação dos elementos (objetivos, visão, princípios norteadores, macroprogramas) de cada plano nacional que o governo tem uma visão prioritária do turismo como atividade econômica, e que as preocupações sociais são, de certo modo, pontuais e sem tanta ênfase.

Em se tratando do tema da segurança pública, acredita que o PNT 2018-2022 apenas passou a ter esse item pautado em razão da crise que o Brasil vem enfrentando em relação a violência, especialmente em destinos turísticos. Em síntese, os planos - PNT 2003-2006, PNT 2007-2010, e PNT 2013-2016, não apresentam ações preventivas em relação à segurança pública, e nem tangenciam o tema para fins de discutir a segurança turística nos destinos.

Sendo assim, acredita-se que por se tratar apenas do documento, ainda cabe um estudo que venha a analisar como ocorre o processo de envolvimento dos grupos de interesse nas definições sobre o que vai ser considerado ou não em cada plano a ser lançado, e qual a contribuição desses atores dentro da elaboração e execução de tais políticas públicas. Diante disso, finaliza-se com alguns questionamentos: Existe algum tipo de articulação entre a política pública de segurança e política pública de turismo, como isso acontece ou poderia acontecer? Que órgãos se organizam para discutir esse fato, em relação ao turismo e a segurança pública? Quais as contribuições mútuas que podem ser geradas pela integração do turismo e segurança pública? Do que trata a segurança turística?

Essas são perguntas pelas quais buscaremos respostas, a fim de colaborar com um desenvolvimento e prática do turismo baseados nos elementos da segurança.

Referências

AZEVEDO, F., Figueredo, S. L., Nobrega, W. R. de M., & Maranhão, C. H. da S. (2013). Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In *Turismo em Foco* (pp. 11–27). Belém - PA: NAEA.

BARDIN, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BENI, M. C. (2006). *Política e Planejamento do Turismo no Brasil*. São Paulo: Editora ALEPH.

BOBBIO, N. (2003). *Noberto Bobbio O filósofo e a política: antologia*. Rio de Janeiro: ContraPonto.

BRASIL. Lei Nº 11.771, de set. de 2008. *Política Nacional de Turismo*. Brasília, DF, set 2008. Recuperado em 15 junho de 2018, de: <<http://www.turismo.gov.br/lei-no-11-771-de-17-de-setembro-de-2008.html>>

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2003-2007: “diretrizes, metas e programas”*. Recuperado em 01 junho de 2018, de: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2007-2010: “uma viagem de inclusão”*. Recuperado em 03 junho de 2018, de: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2013-2016: “o turismo fazendo mais pelo Brasil”*. Recuperado em 05 junho de 2018, de: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2018-2022: “mais emprego e renda para o Brasil”*. Recuperado em 06 junho de 2018, de: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Código de Ética Mundial para o Turismo: por um turismo responsável*. (2015). Recuperado em 10 junho de 2018, de: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf>.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, H. F. (2010). *Como se constrói uma política pública*. Ministério do Turismo. Recuperado em 15 junho de 2018, de: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Humberto_Falcao_Como_se_Construi_uma_Politica_Publica_-_08.12._2010.pdf>

RABAHY, W. A. (2019). *Análise e perspectivas do turismo no Brasil*. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 14(1), 1–13. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>

RUA, M. das G. (2009). *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. (Brasília). CAPES: UAB.

SECCHI, L. (2014). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.

SILVA, R. C. da. (2015). Política de regionalização de turismo no interior potiguar: articulação, entraves e efetividade. Universidade Federal do Rio Grande do Norte., Natal - RN.

SILVA, J. A. S. (2004). Turismo, crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em clusters. Universidade de São Paulo.

SILVA, F. dos S.; COSTA, S. R. da; CARVALHO, C. de M. B. (2013). *Políticas públicas de turismo no brasil: estratégias para administração da atividade no país*. Gestão e tecnologia para a competitividade. Recuperado em 15 junho de 2018, de: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>>.

TAVEIRA, M. da S. (2008). Políticas de turismo e comunidade local no litoral potiguar. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Retrieved from <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/MarceloST.pdf>

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. (2013). *Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Artigo recebido em: 25/06/2020

Avaliado em: 25/06/2020

Aprovado em: 20/07/2020